Correio da AESE
PANORAMA
21.out.2020
N.764
AESE BUSINESS SCHOOL
www.aese.pt

Índice

Moratória da dívida: Alívio para os países pobres 1
Apoio à eutanásia baixa quando pensam com vagar 2
Será lícito aproveitar abortos antigos para vacinas? 3
"Ciberleviatán" 4

Moratória da dívida: Alívio para os países pobres

Por decisão do G-20, os países mais pobres vão ficar isentos durante um ano do pagamento da dívida que contraíram com os países credores. A moratória, que não é uma anulação da dívida, procura que estes países endividados, sobretudo africanos, disponham de mais recursos para enfrentar a crise do coronavírus.

O comunicado do G-20 não entra em pormenores sobre quantos países irão beneficiar da moratória, nem sobre o montante total do serviço da dívida adiado. Mas o ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, afirmou que 76 países eram elegíveis, incluindo 40 africanos. O facto da moratória constituir um acordo do G-20, significa que inclui também a China, o maior credor de África (133 000 milhões de dólares).

O adiamento irá ser aplicado à dívida oficial bilateral, ou seja, entre governos. Os pagamentos da dívida a instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) estão também a ser examinados.

Diversamente de crises anteriores, esta tem uma causa puramente exógena, mas vai significar um abalo muito mais forte do que nos países desenvolvidos. Os preços das matérias-primas – principal fonte de exportação – têm caído por falta de procura. Os países petrolíferos não encontram quem compre o crude. As remessas dos emigrantes abrandam. Os turistas ficam em casa. Os investidores privados retiram os seus fundos, o que irá provocará uma depreciação das moedas nacionais e um aumento do peso da dívida externa. Muitas pessoas que vivem diariamente da economia informal constatam a impossibilidade de poderem sair de casa.

Nestas circunstâncias, os sistemas de saúde africanos – já de si débeis – vão ter de enfrentar problemas para os quais não estão preparados. De momento, o continente africano representa uma parte pouco significativa dos milhões de doentes registados no mundo. Mas as estatísticas africanas não permitem afirmar que os números refletem bem o estado da epidemia. Talvez a melhor defesa de África contra o coronavírus seja a juventude da sua população.

Será que a moratória da dívida é uma ajuda importante? Os ministros das Finanças africanos tinham pedido no início de abril aos países credores e às instituições multilaterais um adiamento este ano do pagamento no valor de 44 000 milhões de dólares. Também solicitaram uma ajuda adicional de 50 000 milhões para financiar os estímulos económicos.

Após o acordo do G-20, o ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, disse que os pagamentos da dívida suspensos correspondiam a 18 000 milhões de dólares. Em comparação com o pacote de 500 000 milhões de euros aprovado pela União Europeia como ajuda de emergência para os países membros, a moratória aos países africanos parece uma ninharia. Como termo de comparação, também se pode recordar que a ajuda bilateral (de um país para outro) dos países da OCDE aos países africanos foi de 37 000 milhões de dólares em 2019.

Já em 1996, depois da iniciativa de alívio da dívida lançada pelo FMI e pelo BM para os "Países pobres altamente endividados" (HIPC – Heavily Indebted Poor Countries), 40 países – 33 deles africanos – viram a maioria das suas dívidas canceladas. Será que se vai regressar a essa situação?

A realidade é que, diversamente da crise da dívida dessa altura, a maioria dos países africanos tem hoje uma dívida assumível. No conjunto do continente, a dívida pública tem um valor correspondente a 53 % do PIB, quando nos anos 90 era da ordem dos 90 %.

O problema é que a dívida dos países africanos, por ser mais insegura, tem de pagar juros entre os 5 % e os 16 % nos títulos a dez anos, enquanto que, na UE e na América do Norte, as taxas de juro se situam em torno dos 1 % e até menos.

Alguns denunciam igualmente que os países africanos são alvo de exigências de taxas de juro exageradas, porque as agências internacionais de *rating*, que classificam a solvência de uma dívida, não têm melhorado a sua classificação. Apesar de uma média de 3,6 % de crescimento económico sustentado entre os 32 países africanos classificados pelas agências, nas suas classificações tem havido mais deteriorações do que melhorias.

Perdoar a dívida dos países pobres parece algo muito solidário, mas também pode ser uma desculpa para que os seus dirigentes não enfrentem os problemas que são obstáculos ao desenvolvimento. Fazendo uma análise sobre este assunto em "CapX", Shanker Singham salienta que a necessidade de pagar a dívida externa tem "um efeito disciplinador muito importante para os governos. As reformas são difíceis, e nos países em desenvolvimento mais ainda do que nos desenvolvidos. (…) A disciplina dos empréstimos condicionados ou a necessidade de enfrentar o serviço da dívida é um verdadeiro aliado dos governos que querem fazer reformas sérias".

Não se deve perder de vista que o cancelamento da dívida externa dos países pobres não é como quando uma pessoa perdoa a dívida a outra, e a seguir cada uma segue o seu caminho. Os países pobres vão continuar a precisar que o FMI, o BM, os países desenvolvidos e os investidores privados lhes emprestem dinheiro, pois têm escassa capacidade de financiamento próprio. É lógico, pois, que um cancelamento da dívida ou um novo empréstimo sejam condicionados à adoção de reformas que assegurem a solvência financeira futura.

Além disso, como nota Singham, após a crise do coronavírus será mais difícil que os países ricos aumentem os créditos aos países em desenvolvimento. Daí que estes vão necessitar mais dos investidores privados, que só se sentirão atraídos por países que mantenham políticas económicas sensatas.

Tão pouco se deve pensar que as medidas de alívio da dívida dos finais dos anos 90 foram inúteis. David Pilling, editor para África do "Financial Times", reconhece que nos últimos vinte anos o desempenho dos países africanos foi desigual. Mas, a maioria das economias africanas tem vindo a crescer. Houve grandes melhorias na saúde básica. A esperança de vida tem crescido, enquanto a mortalidade materna e a infantil caíram com rapidez.

O endividamento permitiu melhorias importantes das infraestruturas. A difusão dos telemóveis proporcionou comunicação e serviços bancários aos mais pobres. Há muito a fazer ainda. "Mas o continente não se está a afundar", afirma Pilling. "Muitos países fizeram progressos que se podem avaliar na redução da pobreza e na criação de oportunidades. Tudo isso está agora em perigo".

Daí ser necessário ajudá-los a enfrentar a crise que, segundo o BM, ameaça levar África a entrar em recessão pela primeira vez em 25 anos. De qualquer forma, quando passar a crise, um possível cancelamento da dívida nunca será uma alternativa a uma política de reformas que atraia investidores.

I. A.

Apoio à eutanásia baixa quando pensam com vagar

Muitos inquéritos em vários países dão uma maioria favorável a legalizar a eutanásia. Mas as coisas mudam se em vez de ser feita uma pergunta genérica, se pede às pessoas que considerem situações concretas que trazem ao de cima a complexidade do assunto.

Assim o comprovaram Dominic R. Mangino e outros investigadores com um estudo publicado no "The American Journal of Geriatric Psychiatry". Fizeram um inquérito a uma amostra representativa do público norte-americano sobre se a lei deveria permitir a eutanásia no seguinte caso: doentes com demência que tenham deixado instruções para os matarem se vierem a sofrer uma perda total de autonomia e não serem capazes de reconhecer os seus familiares.

O primeiro passo foi como uma sondagem de opinião comum: deu-se aos participantes uma descrição da vida das pessoas com demência e foi-lhes perguntado se se deveria legalizar a eutanásia para quem a tivesse pedido antecipadamente. Os investigadores classificaram as respostas numa escala de cinco graus, de "muito em desacordo" a "muito de acordo". Saiu um resultado semelhante aos das sondagens publicadas: maioria de 54,4 % a favor de legalizar a eutanásia. Contra pronunciaram-se 23 %, e os 22,6 % restantes não se decidiram por nenhuma opção.

O segundo passo iniciou-se dando a ler aos mesmos 1715 inquiridos um caso de eutanásia num doente desse género (com demência e declaração de vontade antecipada). Os investigadores prepararam seis situações que podem acontecer e distribuíram-nas entre os participantes aleatoriamente. São as seguintes:

1. A pessoa com demência reconhece alguns familiares mas não todos.
2. Apesar de ter deixado instruções para ser aplicada a eutanásia, chegada a altura, o doente, já com demência, diz que não quer morrer.
3. A pessoa não apresenta sofrimento aparente.
4. É incapaz de entender o que acontece quando vão aplicar-lhe a eutanásia.
5. Antes de ser aplicada a eutanásia, o doente é sedado sem que se aperceba.
6. Quando se dispõem a dar-lhe a injeção letal, parece resistir.

Em seguida, foram feitas duas perguntas aos participantes: 1) Dever-se-ia permitir a eutanásia numa situação como essa? 2) Suponhamos que a eutanásia fosse legal e, portanto, estivesse autorizada em tal situação. Seria então a favor ou contra a legalização?

As respostas foram classificadas de acordo com a mesma escala de antes.

Verificou-se que uma considerável percentagem de inquiridos mudou de posição depois de um exame da situação proposta. Os que manifestaram dúvidas na primeira parte do inquérito foram os que mais mudaram de posição: 37 % passaram a rejeitar a legalização, e 16 %, a apoiá-la. 35 % dos inicialmente favoráveis à legalização passaram a ter dúvidas ou a recusá-la. Mudaram menos os que, de início, se declararam contrários à legalização: 22 % passaram a ter dúvidas ou a serem favoráveis.

O apoio à eutanásia diminuiu em todos os grupos de participantes depois de considerarem as situações propostas. Baixou mais a aceitação da eutanásia nos casos apresentados do que a aceitação da eutanásia em geral. Por exemplo, dos inquiridos que examinaram o caso de falta de sofrimento aparente (situação 3), os que são favoráveis a legalizar a eutanásia passaram de 53 % para 43,5 %; mas foram menos ainda os que acharam admissível a eutanásia nesse caso: 33 %.

A maior variação aconteceu com aqueles que consideraram o caso do que diz não querer morrer (situação 2): o apoio a legalizar a eutanásia baixou para 36,5 %. A descida mais pequena, para 49,3 %, refere-se ao caso de falta de consciência (situação 4). Nisto, salientam os autores, existe uma diferença entre o público e os médicos: para estes, que o doente não possa compreender o que ocorre, pode ser um motivo para não executar a vontade antecipada.

Em conjunto, a opinião favorável para legalizar a eutanásia baixou dos 54,4 % iniciais, para os 41,6 %. A posição contrária subiu de 23 % para 35,3%. A percentagem dos que têm dúvidas ficou praticamente na mesma.

Os autores concluem que os resultados das sondagens não refletem opiniões bastante meditadas. A eutanásia é um assunto complexo, "com uma série de dificuldades diversas", e o público não costuma estar bem informado quando lhe é perguntado simplesmente se deveria ser legalizada.

Será lícito aproveitar abortos antigos para vacinas?

Na corrida pela descoberta de uma vacina contra a Covid-19, vários laboratórios trabalham com linhas celulares que tiveram a sua origem em fetos abortados. Especialmente na América do Norte, grupos pró-vida consideram que seria imoral utilizar uma vacina assim produzida. Personalidades religiosas e civis solicitaram igualmente às autoridades que financiem somente projetos que não utilizem esses métodos.

Pelo menos cinco dos projetos de vacina contra a Covid-19 que se encontram mais avançados, segundo a contagem da "Science" (5.6.2020), empregam culturas de origem fetal. São linhas celulares entre algumas dezenas usadas repetidamente para produzir vacinas contra diversas doenças: rubéola, sarampo, raiva, varíola… Pode-se ver a lista e os usos que lhes são dados num artigo de José Luis Redondo Calderón em "Cuadernos de Bioética", n. 66 (2008).

Desses cinco projetos, dois são candidatos a receber financiamento federal nos EUA a cargo de um fundo especial para a investigação de vacinas contra a Covid-19: o da Janssen Research & Development e o da Universidade de Oxford com a multinacional farmacêutica Astra/Zeneca. Este último foi escolhido por quatro países da UE (Alemanha, França, Itália e Países Baixos) para adquirir 400 milhões de doses da vacina, no caso de ser obtida.

Embora seja possível fabricar vacinas através de outros procedimentos, as células são particularmente úteis para cultivar vírus modificados – ou proteínas presentes neles – que sirvam para imunizar o organismo sem causar a doença. Recorre-se a células humanas, porque os vírus patogénicos costumam ser próprios de cada espécie. Se a base da vacina não for um vírus debilitado mas uma proteína, as células animais produzem-na igualmente, mas com um revestimento de moléculas de açúcares diferentes que podem impedir a resposta imunitária. E procuram-se células fetais, porque com elas há muito maior probabilidade de sucesso, pois são biologicamente

muito jovens e podem multiplicar-se em laboratório indefinidamente.

De facto, as linhas celulares em uso têm origem em abortos antigos, que foram feitos entre 1960 e 1985. A mais utilizada, igualmente para a vacina contra a Covid-19, é a chamada HEK-293, que deriva de um aborto de 1973 (se foi provocado ou espontâneo, não está documentado neste caso).

Será lícito utilizar vacinas obtidas com tais métodos? Alguns defensores de uma abordagem moral que se debruçaram sobre o assunto, consideram relevante que os abortos tenham sido feitos há muitos anos, e das suas vítimas já não restarem células originais. Segundo um parecer elaborado pela Pontifícia Academia para a Vida em 2017, "as linhas celulares atualmente em uso encontram-se muito afastadas dos abortos originais", pelo que já não acontece "cooperação moralmente relevante entre os que usam essas vacinas e a prática do aborto voluntário". Para Christopher Tollefsen – autor, juntamente com Robert P. George, do livro "Embryo. A Defense of Human Life" –, a mesma razão iliba o próprio investigador, não apenas o doente.

Mas, como assinala também Tollefsen, isso só se aplica às linhas celulares de origem antiga; pelo contrário, pode haver cooperação imoral se for feito um uso continuado de células fetais que exija a sua reposição através de novos abortos. A esse respeito, Nicanor Pier Giorgio Austriaco O.P., professor de Biologia e Teologia no Providence College (Rhode Island), considera improvável que o uso de vacinas provenientes de abortos cometidos há décadas fomente abortos hoje, porque os laboratórios não têm interesse em criar novas linhas celulares. As atuais estão muito estudadas, são de utilidade e inocuidade demonstradas e foram examinadas e aprovadas pelos organismos reguladores para serem usadas em medicina. Tentar outras seria uma despesa supérflua em tempo e dinheiro.

No entanto, refere Austriaco, isso foi feito na China por investigadores que iniciaram uma linha celular a partir de abortos procurados recentes.

Daí, estes defensores de uma abordagem moral considerarem que a dúvida sobre o uso de tais vacinas residir noutras implicações que pode ter. Empregá-las sem protestar pode ser visto como equivalente a perdoar de facto o aborto. Por isso, pode favorecer indiretamente que se continue a recorrer a células de fetos abortados, sem que mude a prática e com o risco de se recorrer a novos abortos para obter mais. Assim o sublinha nomeadamente Helen Watt, do Anscombe Bioethics Centre (Oxford), com especial atenção ao caso dos cientistas: "Pode ser mais difícil protestar contra o uso de novas linhas celulares [provenientes de abortos] para determinado objetivo, se foi sendo feito um uso regular de linhas celulares antigas nessa investigação".

Assim, os especialistas citados concluem que é possível admitir essas vacinas somente se com isso não se fomentarem mais abortos e se houver uma causa grave que o justifique. Esta pode ser não se conseguir uma vacina contra a Covid-19 produzida de outra forma, pois é uma necessidade de saúde pública imunizar a população.

Mas, acrescentam, não é correto resignar-se simplesmente ao mal. Existe o dever de promover outros procedimentos moralmente irrepreensíveis. É o que pedem, em duas cartas, bispos católicos e outras personalidades dos EUA e Canadá. À FDA (Food and Drug Administration) dos EUA, o organismo regulador dos medicamentos, instam a "incentivar as empresas farmacêuticas na utilização de apenas linhas celulares ou procedimentos morais para produzir vacinas". Em termos parecidos se expressa a petição ao primeiro-ministro canadiano, Justin Trudeau. As duas cartas salientam que existem alternativas: as da Sanofi Pasteur, da Inovio ou do John Paul II Medical Research Institute, que investigam vacinas contra a Covid-19 com linhas celulares que não provêm de fetos (podem obter-se, por exemplo, em diagnósticos por amniocentese). No Canadá, uma equipa da Universidade da Colúmbia Britânica trabalha com ARN mensageiro, sem recorrer a células nem a tecidos. Trata-se, dizem uns e outros, de conseguir que as ajudas oficiais sejam destinadas a investigações que respeitem a consciência.

R. S.

"Ciberleviatán"

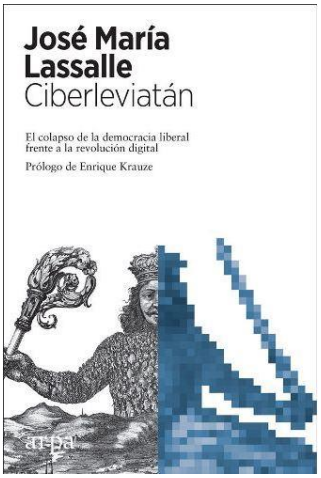
Autor: José María Lassalle
Arpa. Barcelona (2019)
168 págs.

O mais perturbador da ditadura digital que alguns vaticinam, é a submissão do cidadão às forças do mercado, mas na época do dataísmo, o consumo é indubitavelmente chamado a substituir a política. O paulatino processo de privatização da esfera pública e a erosão da subjetividade é aquilo que narra, com uma marca palpável ligada a Michel Foucault, José María Lassalle, um empenhado pensador liberal que dá um passo em frente para defender as liberdades em face das empresas tecnológicas.

Lassalle acerta ao questionar o novo quadro cultural sob o prisma político, embora partindo da dispersão da corporalidade num mundo que não chega a ser o de cérebros num balde, mas que se encontra dominado por algoritmos e redes. O pecado do nosso tempo talvez seja o idealismo, agravado pela facilidade com que a Internet permite moldar o eu, contornando a nossa natureza carnal.

Mas será que pode haver cidadãos sem corpos? A cibercultura enfraquece a cidadania e a democracia acaba por se ressentir. Isso porque o corpo é limite, fronteira, mas também a ponte que torna possível o encontro e o compromisso com o outro, o fundamento da política. Por outro lado, que valor tem numa civilização tecnológica a liberdade, se os fios neuronais encriptam os inesgotáveis mistérios da decisão humana? São estas sequelas da nova economia do conhecimento que, de acordo com Lassalle, originaram a crise liberal, e não o populismo.

O ensaio, cheio de intuições brilhantes que mereceriam um desenvolvimento mais profundo, explica a transformação do animal político em *zoon elektronikón* e a imposição da conectividade como o bem humano por excelência. Seja ou não exagerado, assistimos a um lento processo de decomposição do civismo e de erosão dos valores políticos, processos para os quais contribuiu o capitalismo cognitivo.

Não é convincente, no entanto, atribuir toda a responsabilidade da decadência política à tecnologia; juntamente com ela, haveria que falar também de outros fatores de índole cultural, assim como de uma conceção antropológica que, precisamente, surgiu com as revoluções liberais. Daí que a revolta a que nos convida Lassalle, embora atraente, seja um dos flancos para enfrentar a crise. Quando voltaremos a expor sem medo o premente assunto da natureza humana?

J. C.